





www.sindbancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

//SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX n° 5442 – 01 novembro de 2016 Governo Temer quer apressar reforma do FAP que vai prejudicar trabalhadores

A CUT Nacional e a Contraf-CUT realizam no dia 1° de novembro, na sede da Confederação, em São Paulo, uma reunião, com a presença de outros ramos da CUT, para debater a posição da Central Única dos Trabalhadores sobre as mudanças no Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que o governo de Michel Temer quer retomar com urgência.

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) volta a discutir a reforma na segunda quinzena de novembro, o que preocupa toda a classe trabalhadora. Entre as mudanças propostas estão: - Exclusão dos acidentes de trabalho sem concessão de benefícios; - Exclusão dos acidentes de trajeto; - Exclusão do bloqueio de bonificação das empresas em caso de morte ou de invalidez; - Exclusão da redução de 25% do FAP calculado na faixa "malus"; - Exclusão do bloqueio de bonificação em caso de taxamédia de rotatividade maior que 75%.

Neste ano, já começaram a vigorar outras mudanças que tiram das empresas a responsabilidade sobre os altos índices de acidentes do trabalho. O FAP passou a ser calculado por estabelecimento empresarial (no caso de a empresa ser composta por mais de uma unidade) e não mais por CNPI raiz.

A Contraf-CUT e diversas entidades que representam os trabalhadores repudiaram as novas mudanças e querem evitar que outras alterações propostas sejam aprovadas em reunião do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS. As propostas de reformulação do FAP, em vez de fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador - PNSST, pelo contrário, a enfraquece, provocando retrocesso social e o fim do FAP, que foi pensado e elaborado para promover a saúde e fortalecer as políticas de prevenção em todos os locais de trabalho. O enfraquecimento das políticas de saúde do trabalhador, em especial o FAP, somente interessa às empresas que, deliberadamente, não pagarão nenhum centavo a mais em casos de acidentes e adoecimentos relacionados com o trabalho.

Itaú lucra R\$16,3 bilhões e demite 2.753 bancários

O Banco Itaú divulgou balanço do terceiro trimestre, nesta segunda-feira (31), em que apresenta lucro líquido de R\$ 5,394 bi. Nos nove primeiros meses de 2016, o lucro líquido recorrente do banco foi de R\$ 16,3 bilhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio anualizado foi de 20,0%, com redução de 4,5 pontos percentuais em doze meses. Mesmo com altíssimo patamar de rentabilidade - muito acima do que se verifica no sistema financeiro internacional e lucrando muito em meio a profunda crise econômica que o país atravessa, o banco continua a fechar agências e a demitir funcionários. Nos últimos doze meses foram cortados e 2.753 postos de trabalho e 207 agências foram fechadas no período.

Senado começa a votar PEC 241

A PEC 55/2016, antiga 241, que congela investimentos públicos por 20 anos, chegou ao Senado e já tem previsão de votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Segundo acordo entre líderes da Casa, a análise deve ser feita no dia 09 de novembro. É bom lembrar que depois da CCJ, o calendário de votação segue com avaliação em primeiro e segundo turno.

A previsão é de que aconteça nos dias 29 de novembro e 13 de dezembro, respectivamente. Se passar, vai a sanção presidencial.

Até lá, estudantes e trabalhadores intensificam os protestos nas ruas, nas redes sociais e nas esferas de poder com o apoio da frente progressista.

Juro do cartão bate novo recorde em setembro e atinge 480,3% ao ano

Os brasileiros continuam a ser atormentados por juros abusivos em diversas modalidades de financiamento. As taxas médias do cartão de crédito rotativo chegaram a 480,3% ao ano em setembro, a maior registrada pelo Banco Central (BC) desde o início da série histórica, em março de 2011. No caso do cheque especial, o custo dos empréstimos atingiu 324,9% ao ano no mês passado, um recorde desde que a autoridade monetária começou a fazer esse cálculo, em julho de 1994.